

PRÁTICAS HEGEMÔNICAS NOS CURSINHOS POPULARES UNIVERSITÁRIOS E OS OBJETIVOS INSTITUCIONALIZADOS: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS PARA O CASO DA UNESP

Raul da Costa Casaut [*]

Amadeu Moura Bego [**]

[*] Doutorando em Química. Programa de Pós-Graduação em Química do Instituto de Química da Unesp, Campus de Araraquara.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5376-2928>.

E-mail: raul.casaut@hotmail.com

[**] Doutor em Educação para a Ciência pela Faculdade de Ciências da Unesp, Campus de Bauru. Pós-doutor em Educação pela Faculdade de Educação da USP de São Paulo. Professor do Departamento de Química Geral e Inorgânica do Instituto de Química da Unesp, Campus de Araraquara.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9182-1987>.

E-mail: amadeu.bego@unesp.br

RESUMO

A pesquisa descrita neste artigo buscou traçar como as práticas hegemônicas adotadas nos cursinhos populares da Unesp dialogam com os objetivos institucionalizados para eles: promover preparação adequada para alunos da rede pública de ensino para o ingresso no ensino superior e, também, atuar na formação cidadã e integral. Para isso, foi realizada uma pesquisa do tipo survey, buscando levantar informações acerca do público-alvo ao qual os cursinhos se destinam, como os alunos são escolhidos, quais tipos de práticas são adotados por estes cursos, suas características principais e suas finalidades. As informações foram levantadas com base em entrevistas realizadas com coordenadores discentes de 23 cursinhos populares da Unesp. As respostas dos coordenadores foram categorizadas a partir dos princípios da estatística descritiva e da análise de conteúdo. Foi possível identificar que os cursinhos buscam contemplar alunos oriundos da rede pública do ensino básico e desenvolvem práticas de dois tipos principais: preparatórias para o vestibular, usualmente por meio da apropriação e da adaptação de práticas consagradas em cursinhos prestigiados, e práticas voltadas para tornar o cursista um membro atuante e crítico na sociedade. No entanto, observa-se, geralmente, que essas práticas acontecem de maneira espontaneísta, baseadas nas concepções e nos conhecimentos empíricos de seus membros. Um maior diálogo com conhecimentos desenvolvidos na área de ensino e educação, bem como um planejamento direcionado por objetivos bem definidos poderiam torná-las menos espontaneístas e promover os objetivos instituídos a esses cursinhos de maneira mais adequada e com maiores garantias.

Palavras-chave: Extensão Universitária.

Programas de ação afirmativa. Universidades e faculdades – Vestibular.

INTRODUÇÃO

No Brasil, durante o século XX, o ensino superior (ES) público foi historicamente marcado por ser frequentado pelas elites do país, em geral jovens das classes alta e média-alta (MAZZILLI e MACIEL, 2010; SILVA, 2012). Além de restringir o acesso aos cursos de ES a uma classe específica da sociedade, a seletividade social que se observou incorreu no aprofundamento de outras desigualdades sociais, tendo em vista a educação como prática fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (VIEIRA, 2003).

A baixa inserção das camadas mais populares no ES público decorre de fatores históricos, sociais e culturais, tendo no vestibular uma barreira de marcada seletividade social (GUIMARÃES, 1984; WHITAKER, 1981, 2010). Tal barreira decorre, principalmente, de o capital cultural privilegiado por essa modalidade de exame ser de baixo acesso aos jovens de estratos sociais mais populares. Como observado por Whitaker (1981), o capital cultural pode ser associado a um fator fortemente condicionante na aprovação ou não de um vestibulando.

O crescimento e a consolidação dos cursinhos pré-vestibulares, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, também podem ser apontados como fatores que contribuíram para o abismo social observado nas aprovações nos vestibulares. Suas práticas de memorização de conceitos e fórmulas, a repetição exacerbada de exercícios de vestibulares passados, entre outras técnicas desenvolvidas com foco único e exclusivo em garantir o sucesso de seus alunos nos vestibulares mais concorridos, logo acarretaram a procura dessa modalidade de ensino — marginal ao sistema oficial — pelas famílias da elite brasileira (BEGO, 2013).

Na década de 1980, Whitaker (2010) apontou o denominado *efeito cursinho* ao verificar que a maioria dos aprovados nos vestibulares mais concorridos do país havia cursado entre um e dois anos de cursinho. Em geral, com mensalidades altas e apostilas caras, os cursinhos privados eram e são frequentados por jovens das classes alta e média-alta do país — justamente a parcela da população que vem ocupando historicamente as vagas do ES público (BEGO, 2013).

Na década de 1990, intensificaram-se os movimentos populares que reivindicavam por condições mais igualitárias no acesso ao ES público a fim de que estes espaços fossem mais representativos do ponto de vista dos recortes socioeconômicos e de raça. Esses movimentos

exerceram importante papel na adoção de políticas afirmativas por parte de governos federais e, como a adoção de cotas sociais e raciais, sobretudo ao longo da primeira década do século XXI (CASTRO, 2011).

De iniciativa popular, também surgiram os cursinhos populares, que buscavam estender o *efeito cursinho* às camadas populares por meio da adoção das práticas dos cursinhos privados prestigiados, oferecendo-as em cursos gratuitos ou de mensalidades baixas. Durante a década de 1990, esses cursinhos cresceram e ganharam notoriedade, gerando importantes impactos no movimento de democratização do ES público no Brasil. Além de esses cursinhos buscarem oferecer condições aos jovens dos estratos sociais mais populares de se prepararem para o vestibular, também se solidifica nessa época a visão de que esses cursinhos são espaços de conscientização e debate acerca das desigualdades de oportunidades e das injustiças históricas às quais seus cursistas estão sujeitos (CASTRO, 2011; WHITAKER, 2010).

Durante a década de 1990 e a primeira década do século XXI, sobretudo, os cursinhos populares também passaram a exercer importante papel nas políticas afirmativas e de extensão dentro de algumas das principais universidades públicas do Brasil. Muitos desses cursinhos surgiram da iniciativa de alunos da graduação dessas instituições, estruturando-se de maneira quase “caseira”. Ao ganharem notoriedade social, muitos desses cursinhos passaram a ser legitimados e institucionalizados pelas universidades em que atuavam, obtendo maiores garantias de continuidade de atuação e melhores condições de funcionamento, como fornecimento de infraestrutura, equipamentos e assistência da universidade (CASTRO, 2011).

Quando inseridos como parte da política de extensão universitária, os cursinhos passaram a ter objetivos e diretrizes instituídos de modo a atender as necessidades e as demandas sociais do local em que atuavam e a promover uma interação transformadora entre universidade e sociedade (UNESP, 2017).

Além disso, as práticas desses cursinhos passaram a ser integradas com a pesquisa e o ensino dentro das universidades, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, os cursinhos e suas práticas se tornam — ou deveriam se tornar — importantes objetos de estudo em pesquisas e possibilitam modificações no que é ensinado dentro das universidades, de modo que o ensino seja integrado com as necessidades sociais observadas (UNESP, 2017).

No contexto de cursinhos populares dentro de instituições públicas de ES, os cursinhos populares da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) se destacam pela grande quantidade de unidades e de público atendido (CASTRO, 2011; CAMARGO, 2009). Atualmente, a Unesp possui 30 cursinhos populares cadastrados em seu subprograma de extensão universitária “Cursinhos Pré-Vestibulares”, acumulando milhares de aprovações em vestibulares e atendendo jovens de camadas populares de praticamente todas as regiões do Estado de São Paulo.

A institucionalização de parte dos cursinhos populares pela Unesp e a inclusão em suas políticas de extensão universitária ocorreram a partir de 2007 (CAMARGO, 2009), e hoje, seus principais objetivos institucionalizados, de acordo com Fuijta, Oliveira e Leal (2016), residem em preparar alunos de baixa renda para o ingresso no ensino superior e contribuir para a formação integral e humana de seus cursistas.

A Unesp explicita, em sua política extensionista, a visão que possui de extensão universitária, concordando com as concepções modernas construídas, sobretudo, pelas críticas e contribuições de Paulo Freire (UNESP, 2017).

Em sua obra “Extensão ou comunicação? ”, Freire critica a ideia de extensão como transmissão de conhecimentos de sujeitos que “sabem mais” para sujeitos que “sabem menos” no meio educacional. Se torna incompatível e contraditório associar essa concepção de extensão com o ato de educar, uma vez que coloca os humanos a quem serviços e conhecimentos serão “estendidos”, como “quase coisas”, sendo simples objetos das ações de outros homens. Como objetos, lhes são negados a característica de ser capaz de transformar sua realidade e o mundo, condição necessária para caracterizar um processo educativo na visão freiriana. Além, um conhecimento só é autenticamente assimilado quando educando é sujeito da ação educacional e é capaz de adquirir tal conhecimento de maneira crítica e reflexiva (FREIRE, 2013).

Também é constante na obra de Freire (2013) críticas à atuação invasiva e colonizadora de ações ditas extensionistas, uma vez que se caracterizavam por intervenções em que não eram reconhecidos os saberes nem respeita a cultura da população já marginalizada a qual se destinavam. Tratava-se, pois, de uma ação verticalizada, que julgava um conjunto de conhecimentos como culturalmente superior em relação a outros e que não colocava os participantes dessa comunidade como sujeitos ativos dessa ação (FREIRE, 2013).

Para que as ações extensionistas sejam, assim, de fato autênticas e que possibilitem a transformação do mundo pelos educandos de tais ações, estas devem ser pensadas em conjunto e com a participação ativa dos sujeitos aos quais se destina, sendo respeitados e considerados os saberes próprios destes. Com essa concepção, não garante-se apenas à extensão de conhecimentos para esta população, mas também o recíproco: a universidade ou instituição/sujeitos que efetua a ação extensionista, também adquirem novos conhecimentos e têm sua realidade e concepções culturais modificadas. O intercâmbio de experiências e aprendizagens deve ocorrer nos dois e pelos dois sujeitos, para uma ação ser colocada como autenticamente extensionista (FREIRE, 2013; UNESP, 2017).

Como os cursinhos populares da Unesp como um subprojeto de extensão universitária, temos que suas ações devem possuir objetivos e devem ser planejadas em concordância com as características apresentadas na concepção de extensão universitária da universidade. Assim, elas devem levar em conta demandas sociais e devem ser pensadas e desenvolvidas junto à sociedade, e não direcionadas pela universidade com um caráter assistencialista ou uma simples oferta de serviços e conhecimentos produzidos unilateralmente (FREIRE, 2013; UNESP, 2017).

Apesar do importante reconhecimento e das garantias asseguradas pela institucionalização, os cursinhos populares se caracterizam, geralmente, por primar pela liberdade na gestão e pela adoção de práticas mais espontaneístas e se estruturam em conjunturas de baixa ou nenhuma hierarquia. Como apontado por Almeida (2016), a transposição dessas características para um espaço agora institucionalizado, com objetivos, diretrizes e hierarquia mais rígida, sem adequada readaptação das práticas, pode levar à criação de paradoxos, problemáticas e conflitos na manutenção do caráter popular dos cursinhos.

Mesmo com a institucionalização e os objetivos institucionalizados condizentes com aqueles de um cursinho popular, observa-se que os cursinhos da Unesp atuam primando por grande liberdade em sua gestão e ações tomadas de acordo com suas especificidades. Tendo em vista a relevância social e científica que esses espaços populares vêm alcançando, desempenhando importante papel nas mudanças do perfil socioeconômico dos alunos ingressantes no ES público, consideramos de extrema importância analisar como as práticas

desses cursinhos universitários se relacionam com os objetivos institucionais no âmbito da extensão universitária.

Os resultados e discussões aqui apresentados, recortes de uma pesquisa de mestrado¹, buscam apontar, assim, as relações existentes entre os objetivos institucionais definidos para os cursinhos populares universitários da Unesp e as práticas hegemônicas por eles desenvolvidas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução do objetivo supracitado, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo *survey* ou levantamento (MALHEIROS, 2011). Esse desenho de pesquisa foi considerado o mais adequado por possibilitar o levantamento de diversas informações sobre as práticas nos diferentes cursinhos populares da Unesp e a análise posterior delas com as ferramentas adequadas.

Os dados foram coletados durante o mês de abril de 2018 por meio de entrevistas presenciais e audiogravadas com os coordenadores discentes que responderam positivamente acerca da participação na pesquisa, sendo, ao todo, entrevistados coordenadores de 23 dos cursinhos populares da Unesp. À época, eram contabilizados 27 cursinhos que faziam parte do subprograma dos Cursinhos Pré-Vestibulares da Universidade. Vale destacar que os coordenadores discentes dos cursinhos são, impreterivelmente, alunos de cursos da graduação da Unesp, podendo ser um ou mais coordenadores. Além destes, a coordenação é formada por um coordenador docente, que deve ser um professor titular da Unesp, na unidade em que o cursinho está inserido.

Os entrevistados participaram da pesquisa mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido e suas identidades foram anonimizadas, bem como as dos cursinhos que coordenavam.

As entrevistas foram guiadas com base em um roteiro de perguntas preestabelecido. Para atingir o objetivo da presente pesquisa, consideraram-se as respostas dos coordenadores que explicitavam as práticas adotadas pelos cursinhos em seu cotidiano, bem como as

¹ Os dados e resultados completos foram apresentados em Casaut e Bego (2020).

decisões acerca do planejamento e da execução de atividades, como processo seletivo de alunos, atividades (pedagógicas ou não) desenvolvidas, entre outras. No Quadro 1, estão compiladas as perguntas cujas respostas guiaram as discussões da presente pesquisa.

Quadro 1 – Práticas pretendidas a serem analisadas e as perguntas que nortearam a obtenção dessas práticas.

Prática	Perguntas norteadoras
Atividades de caráter pedagógico/preparatório para o vestibular	Existem atividades de caráter pedagógico fora do horário regular das aulas (plantões de dúvidas, tutorias, cursos de outras disciplinas...)? São aplicados simulados durante o ano? Quais as principais características dos simulados? Há uma biblioteca própria para o cursinho? Se sim, como é realizado o empréstimo dos livros aos alunos?
Atividades de caráter formativo/cultural/conscientização social	Existem eventos e espaços com finalidades culturais e de formação de senso crítico e cidadão nos alunos, sem preocupação direta com a preparação para o vestibular? Se sim, poderia citar alguns e como se dão?
Público-alvo	Quais são as etapas do processo seletivo de alunos? Se existe análise socioeconômica, poderia citar alguns critérios considerados? Existe algum sistema de cota (vagas asseguradas) no processo seletivo? Existe(m) critério(s) que limita(m) a participação de candidatos no processo seletivo?

Fonte: adaptado de CASAUT, BEGO; 2020.

Os dados obtidos a partir das respostas dos coordenadores discentes foram posteriormente estudados com base na análise do conteúdo (BARDIN, 2011), para os dados de caráter qualitativo, e nos princípios da estatística descritiva, para os dados de caráter quantitativo (BUSSAB e MORETTIN, 2009).

Na AC, a interpretação de dados qualitativos se baseia na análise dos significados, pelo receptor, normalmente o pesquisador, transmitidos por emissores, que para nosso caso foram os coordenadores discentes que participaram das entrevistas. De acordo com Bego (2013, p.161), “a ‘matéria-prima’ da AC é o material textualizado sobre o qual um conjunto de instrumentos metodológicos pode ser empregado a fim de explicitar suas características/componentes e, em um segundo momento, permitirem sua interpretação”.

Já no procedimento de tratamento dos dados quantitativos por estatística descritiva, modelos de dados são construídos a partir das informações numéricas coletadas, para então serem analisadas descritivamente por meio de inferências estatísticas, que levam em conta atribuição de parâmetros a uma população (BUSSAB e MORETTIN, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas dos coordenadores permitiram observar aproximações e afastamentos no modo como os cursinhos populares da Unesp se organizavam, se estruturavam, planejavam e desenvolviam suas atividades com os objetivos institucionalizados para eles.

Primeiramente, analisou-se o público-alvo de cada uma das unidades dos cursinhos. Em seguida, as respostas foram divididas de acordo com o tipo de prática planejada pelos cursinhos e as finalidades desta: práticas de cunho preparatório para o vestibular e práticas voltadas à formação integral e cidadã dos cursistas.

Público-alvo

A identificação do público-alvo ocorreu com base nas respostas dos coordenadores e na análise das etapas do processo seletivo de alunos (cursistas) dos cursinhos, a fim de verificar os critérios e as condições que poderiam levar à seleção de um determinado público. O Quadro 2 mostra a distribuição das etapas do processo seletivo nos cursinhos.

Quadro 2 – Número e tipos de etapas nos processos seletivos.

Número de etapas (ocorrências)	Tipos de etapas (ocorrências)
Uma etapa (12)	Prova de conhecimentos gerais (7)
	Análise socioeconômica (5)
Duas etapas (11)	Prova de conhecimentos gerais e análise socioeconômica (11)

Fonte: CASAUT, BEGO; 2020.

No Quadro 2 é possível observar que em 16 cursinhos pelo menos uma das etapas do processo seletivo era constituída de uma análise socioeconômica do candidato. Nessa etapa, dados como escolaridade dos pais, renda *per capita*, entre outras informações, eram analisados e pontos ou prioridades eram atribuídos a cada informação.

Os dados analisados e as pontuações variaram muito de um cursinho para outro, porém foram observadas muitas similaridades.

Nos 16 cursinhos que possuíam análise socioeconômica, candidatos que cursaram todo o ensino médio em escola pública recebiam pontuação maior ou condição de prioridade na seleção. Vale destacar que em seis cursinhos era condição obrigatória o candidato ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou em escola privada com bolsa de estudos maior que

50%. Em outros quatro cursinhos, pelo menos 80% das vagas eram reservadas para alunos de escola pública.

Nos processos que analisam a renda *per capita* dos moradores da casa do candidato, quanto menor a renda, maior a pontuação atribuída no processo seletivo. Em apenas um cursinho era impossibilitado de participar do processo candidatos que apresentassem renda *per capita* familiar superior a três salários mínimos.

Vale destacar também que foram verificadas bonificações em alguns dos cursinhos para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, como aumento na nota do candidato ou mesmo exclusividade de certa porcentagem nas vagas (20% para um dos cursinhos e 50% para outro). Também foi verificado, na maior parte dos cursinhos, bonificações nas notas para candidatos que trabalhavam.

Dos sete cursinhos que não apresentavam análise socioeconômica como uma etapa classificatória ou eliminatória no processo seletivo de cursistas, em três existiam uma análise do tipo, citada pelos coordenadores na pesquisa, cuja finalidade era conhecer o perfil de seus cursistas, sem contar pontos no processo seletivo. Mesmo sem essa atribuição de pontos, os coordenadores desses cursinhos apontaram que devido a fatores como o histórico do cursinho e os espaços em que a divulgação do processo seletivo era feita, a maioria dos candidatos era oriunda de escola pública e de famílias de baixa renda *per capita*.

Com esses dados, é possível traçar que os cursinhos populares da Unesp buscam atender jovens e adultos oriundos da rede pública de ensino, priorizando aqueles de famílias socioeconomicamente vulneráveis. Em muitos casos, candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, historicamente pouco representados no ES público do Brasil (DAFLON, FERES JUNIOR e CAMPOS, 2013), também recebem bonificações durante o processo seletivo ou têm certa quantidade de vagas asseguradas. Candidatos que precisam conciliar as atividades do cursinho com o trabalho também recebem bonificações, uma importante estratégia tendo em vista que candidatos nessas condições possuem chances muito menores de serem aprovados nos principais vestibulares do país (GUIMARÃES, 1984).

Tendo em vista que os objetivos institucionalizados para os cursinhos populares da Unesp visam atender alunos de baixa renda, podemos afirmar que o processo seletivo de alunos e as ações dos cursinhos concordam com essa premissa, de modo a priorizar candidatos com essa característica socioeconômica na escolha de seus cursistas.

Práticas pedagógicas/preparatórias para o vestibular

Além das aulas regulares, que abarcam as disciplinas e as matérias cobradas pelos principais vestibulares, foi possível observar que a maior parte dos cursinhos adotava práticas e estratégias tradicionalmente utilizadas em prestigiados cursinhos privados (GUIMARÃES, 1984). A Tabela 1 mostra os tipos de atividades pedagógicas desenvolvidas e o número de cursinhos que as adotavam.

TABELA 1 – Tipos de atividades pedagógicas desenvolvidas nos cursinhos.

Tipo	Ocorrências
Simulados	23 (100%)
Plantões de dúvidas/monitoria	15 (65,22%)
Aulas extras	9 (39,13%)

Fonte: CASAUT, BEGO; 2020.

A aplicação de simulados era adotada por todos os 23 cursinhos que participaram da entrevista. Esses simulados seguiam o modelo daqueles aplicados em cursinhos tradicionais: emprego de questões similares a vestibulares passados, tempo de prova que simula um vestibular real, preenchimento de gabarito, redações temáticas *etc.* O emprego de simulados com certa regularidade tem como objetivo preparar os cursistas para o vestibular, além de ser uma estratégia interessante tendo em vista que muitos desses alunos não tiveram tal preparação em suas escolas — geralmente da rede pública — durante a educação básica. Nesse sentido, foi possível identificar outras atividades que buscavam preparar os cursistas com relação aos conteúdos cobrados nos principais vestibulares, como plantões de dúvidas e cursos de reforço das disciplinas.

A Tabela 1 também mostra que 9 cursinhos disponibilizam aulas extras aos seus alunos. Essa modalidade de aulas foge ao conteúdo regular cobrado pelos vestibulares e busca acrescentar debates e informações que enriquecessem o capital cultural dos alunos. Como exemplos, foram citadas aulas de Atualidades e Geopolítica, que normalmente trazem discussões sociais, econômicas e políticas importantes para debater e interpretar temas recorrentes em vestibulares; e aulas de Artes e de Livros, que buscam aproximar os alunos de clássicos da cultura artística e literatura, que compõem o capital cultural privilegiado nos vestibulares (WHITAKER, 2010).

Além dessas atividades, vale destacar que 19 cursinhos possuíam uma biblioteca própria, com livros normalmente adquiridos por meio de doações de outras escolas e de participantes e antigos participantes dos cursinhos. Essas bibliotecas facilitam o acesso dos cursistas a importantes clássicos literários, se mostrando uma relevante estratégia para aproximar o capital cultural deles daquele privilegiado nos vestibulares, como discutido.

As práticas descritas nesta seção podem ser relacionadas a um dos objetivos institucionalizados para os cursinhos populares da Unesp: preparar alunos de baixa renda para o ES. Essas práticas são, geralmente, adaptadas de práticas consagradas em cursinhos privados de prestígio, como aplicação de simulados e realização de listas de exercícios com temas recorrentes nos principais vestibulares. Essa apropriação é uma estratégia importante, visto que os cursistas normalmente não têm uma preparação, durante o ensino básico, voltada para o vestibular, tão comum em escolas e cursinhos da rede privada. Entende-se que essa preparação não é e nem deveria ser um dos objetivos do ensino básico, porém se mostra como um importante fator do efeito cursinho, o que justifica sua apropriação pelos cursinhos populares como meio de estender tal efeito aos alunos da rede pública.

A apropriação e a transposição simplista dessas práticas devem ser evitadas, como apontado por Whitaker (2010), uma vez que, para serem de fato funcionais a um público de outra realidade social, cultural e econômica, devem ser reelaboradas de modo a atender às suas especificidades. Além disto, para que se efetuem como ações extensionistas de fato, tendo em vista a visão de Freire (2013), devem levar em conta a realidade e os saberes culturais dos cursistas para a construção e planejamento dessas ações. Com isso, uma simples importação de práticas de cursinhos privados, em que a realidade dos estudantes é distante e incompatível com a dos cursinhos populares, não condiz com as condições de uma ação extensionista, reforçando-se a necessidade de adaptação de tais práticas para a realidade social e cultural dos alunos.

No geral, o processo de reelaboração das práticas ocorre de maneira espontaneísta em muitos casos, ou seja, à medida que o professor do cursinho entende a realidade dos cursistas e de suas condições educacionais, faz adaptações que julga mais assertivas. No entanto, Whitaker (2010) defende a institucionalização dessas práticas de modo a garantir que estas sejam mais fundamentadas e adequadas para a preparação e a formação humana. Reforça-se que essa condição também se torna interessante estratégia para que a educação oferecida aos

cursistas seja, de fato, libertadora e autêntica, tornando-os humanos capazes de atuar e transformar o mundo pela educação.

Práticas formativas

Identificou-se que muitos dos cursinhos adotavam práticas classificadas como não pedagógicas, em sentido *stricto*. Essas práticas, que aqui chamamos de “atividades de caráter de formação do cidadão”, possuem objetivos, como: incentivar o debate de temas sociais pertinentes, desenvolver a capacidade crítica, reconhecer desigualdades sociais, enriquecer o capital cultural, entre outros. Em 21 cursinhos, dos 23 analisados, foram identificadas práticas desse tipo. A Tabela 2 mostra os tipos de atividades com esse caráter que foram apontadas pelos coordenadores durante as entrevistas.

TABELA 2 – Tipos de atividades de caráter de formação do cidadão desenvolvidas nos cursinhos.

Tipos de atividades	Ocorrências
Palestras/oficinas/minicursos informativos	11
Visita a espaços culturais/acadêmicos	10
Sarau/atividades culturais próprias	7
Rodas de discussão/debates (atualidades)	6
Feira de profissões/cursos	5
Festas e confraternizações	4
Palestras motivacionais/psicólogo	3
Não desenvolvem	2

Fonte: CASAUT, BEGO; 2020.

A Tabela 2 evidencia que muitos dos cursinhos buscavam promover espaços que incentivavam o debate de temas de relevância social, sobretudo que fossem pertinentes ao público-alvo dos cursinhos: jovens das camadas populares, oriundos da escola pública. Palestras, minicursos e oficinas informativas e rodas de discussão e debates são alguns

espaços que buscam esse escopo. Entre os temas citados por alguns coordenadores, pode-se mencionar a homofobia e a transfobia, as desigualdades sociais e o racismo.

Além desses espaços, observa-se o desenvolvimento de atividades que visavam orientar os cursistas sobre oportunidades de cursos no ES, informações sobre esses cursos e as carreiras, bem como políticas afirmativas, de inclusão social e de permanência estudantil oferecidas pelas universidades.

Atividades de caráter mais cultural, como os saraus e as confraternizações, promovem momentos de descontração, outra estratégia interessante tendo em vista que o ano de cursinho é normalmente atrelado a oscilações emocionais e psicológicas em seus cursistas. Essas atividades também buscam promover o contato de seus alunos com uma cultura que usualmente não é de fácil acesso para eles, contribuindo para o enriquecimento de seu capital cultural.

Além da preparação com foco no conteúdo das provas e na formação cidadã, pode-se destacar a preocupação por parte de alguns cursinhos em oferecer apoio emocional para seus cursistas. Muitos dos coordenadores que participaram da pesquisa apontaram que buscam manter uma relação próxima e harmoniosa entre professores, coordenadores e cursistas, de modo que se torna natural os alunos procurarem os professores quando enfrentam dúvidas que perpassam o conteúdo das matérias, por exemplo, dúvidas em relação aos cursos que pretendem fazer, à universidade, às políticas de permanência *etc.* A existência de tutorias — em que cada professor é responsável por auxiliar um grupo de alunos com questões desse tipo — em três dos cursinhos analisados constatou-se uma tentativa de incorporação desta como uma atividade recorrente e oficial nesses locais.

O apoio afetivo e emocional e a promoção de espaços em que os cursistas possam se expressar contribuem para que estes passem a atuar concretamente na organização e no planejamento do cursinho, possibilitando que as práticas dele sejam readaptadas para a realidade de seus integrantes. Essa readaptação é uma importante ferramenta na construção de um cursinho popular que realmente funcione como uma ação afirmativa para seus alunos, como apontado por Whitaker (2010). Também pode-se apontar como uma interessante estratégia para que a prática educacional nesses espaços seja, de fato, autêntica e libertadora para seus cursistas, uma vez que os conhecimentos devem ser assimilados de forma crítica e

reflexiva por estes para que se tornem seres atuantes na sociedade e capazes de transformar o mundo.

Os dados analisados nesta seção mostraram uma preocupação por parte dos membros dos cursinhos em propiciar um espaço de reflexão e autoconhecimento ao cursista, bem como oferecer apoio para suas dúvidas e angústias. Práticas assim vão ao encontro de um dos objetivos institucionalizados pela Unesp para os cursinhos: promover a formação humana integral de seus alunos. Isso ocorre quando o cursinho promove debates e discussões que levam o cursista a conhecer e refletir sobre a própria realidade e identificar as desigualdades que perpassam por si, tornando-se um cidadão ativo na sociedade.

Embora práticas com esses fins fossem pensadas e desenvolvidas em quase todos os cursinhos, elas eram organizadas de forma hegemônica, normalmente, como fruto da concepção dos então membros dos cursinhos em questão. Assim, muitas delas não eram estabelecidas como prática constante e frequente no cursinho, não havendo garantias de que se repetiriam ou que atividades semelhantes fossem futuramente desenvolvidas para esse fim. Além disso, tais práticas, muitas vezes, não eram registradas de forma sistemática, tendo em vista possíveis reelaborações futuras e sua continuidade.

Considerando que as práticas mencionadas nesta seção são de grande relevância para contemplar um dos principais objetivos estabelecidos para os cursinhos populares da Unesp, e que os membros que os compõem concordam com esse objetivo como norteador de suas atividades, seria importante garantir continuidade e maior frequência de tais práticas. Estabelecer características e finalidades dessas atividades, buscando sua institucionalização, e registrar suas ocorrências representaria um grande avanço para essa garantia, bem como possibilitar uma contínua reelaboração e readaptação delas, sem ser refém da concepção episódica e situada de alguns membros passageiros. Além disso, os registros possibilitam a criação de materiais que podem ser utilizados em pesquisas, propiciando a integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas adotadas pelos cursinhos populares da Unesp, analisadas neste artigo, estão em concordância com os objetivos institucionais que os norteiam. Pode-se apontar que

os cursinhos organizam e desenvolvem suas atividades a fim de preparar seus cursistas — oriundos de famílias socioeconomicamente vulneráveis e que cursaram a educação básica na rede pública — para os principais vestibulares, além de promover uma formação cidadã e humanista.

A preparação para o vestibular é geralmente regida por atividades e práticas consagradas nos cursinhos privados tradicionais, como simulados e repetição de exercícios das matérias recorrentes nas provas, além de buscar promover atividades e materiais que aproximem o capital cultural de seus cursistas daquele privilegiado pelos vestibulares. No entanto, observa-se uma preocupação por parte dos cursinhos populares em adaptar tais práticas, para que estas se aproximem da realidade de seus alunos e se tornem realmente efetivas. A participação dos alunos nessa adaptação é muito importante para que se entenda suas dificuldades, e nos cursinhos há a preocupação em aproximar o aluno das discussões e dos planejamentos de atividades para que se expressem livremente e sejam ativos na estruturação desses espaços.

Já em relação à preparação humanista e à formação cidadã, os cursinhos adotam práticas que levam seus cursistas a pensarem e refletirem sobre problemas pertinentes na sociedade, sobretudo aqueles que afetam suas vidas e fazem parte de sua realidade.

Apesar de essas práticas condizerem com os objetivos institucionalizados da universidade, o que se observa é que muitas delas ocorrem de maneira hegemonicamente baseadas nas concepções dos membros atuais do cursinho, sem garantia de que voltem a ocorrer futuramente e sem uma elaboração que explicita seus objetivos e sua organização. Com isso, considera-se que institucionalizar tais práticas seja um importante passo a fim de que os objetivos dos cursinhos sejam de fato contemplados e que as atividades ocorram de maneira efetiva e com continuidade.

Uma melhor estruturação, com caráter menos espontaneísta e apoiada em pesquisas na área para basear as atividades, mostra-se como uma maneira promissora para melhorar sua efetividade e seu desenvolvimento. Além disso, entende-se que o registro dessas práticas seja importante para uma futura reelaboração delas pelos próprios cursinhos, e também para que elas se tornem artefatos históricos desses espaços a serem compartilhados, estudados e, sobretudo, adotados como objetos de pesquisas acadêmicas da própria universidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. V. **Pré-vestibulares Populares: estratégia de acesso dos excedentes à educação superior**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEGO, A. M. Origem, evolução e consolidação dos Sistemas Apostilados de Ensino na Realidade Brasileira. In: _____ **Sistemas Apostilados de Ensino e Trabalho Docente: Estudo de Caso com Professores de Ciências e Gestores de uma Rede Escolar Pública Municipal**. 2013. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2013. f. 43 – 76.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CAMARGO, F. F. **Cursinhos Pré-vestibulares e o caso da Unesp: alguns condicionantes a sua criação e transformação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.
- CASAUT, R. C.; BEGO, A. M. **Histórico, conquistas e desafios dos cursinhos populares: em foco os cursinhos populares da Unesp**. 1. ED. Curitiba: Appris, 2020.
- CASTRO, C.A. **Movimentos socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- DAFLON, V. T.; FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, abr. 2013.
- FUJITA, M. S. L.; OLIVEIRA, M. R. M.; LEAL, A. C. (org.). **A Extensão Universitária na Unesp**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GUIMARÃES, S. **Como se faz a Indústria do Vestibular**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MALHEIROS, B. T. **Metodologia de pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- MAZZILLI, S.; MACIEL, A. S. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional. In: Reunião Anual Da Anped, 33., 2010, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: Anped, 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, E. L. Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós LDB: uma análise crítica. **Revista Científica FacMais**, [s. l.]. 2, n. 1, p. 47-63, 2º Semestre, 2012.

UNESP, Pro-Reitoria de Extensão universitária. **Manual Dinâmico para Elaboração de Proposta de Projeto de Extensão Universitária e Iniciação à Extensão Universitária**. São Paulo: PROEX – Unesp, 2017. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proex/projetos-extensao/legislacao-e-normas/>. Acesso em: 29 out. 2018.

VIEIRA, A. L. C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVÉRIO, V. R. S.; SILVA, P. B. G. (org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 81 - 97.

WHITAKER, D. C. A. **A Seleção dos Privilegiados: um estudo sobre a educação brasileira**. São Paulo: Editora Semente, 1981.

WHITAKER, D. C. A. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a Orientação Profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 289-297, jul./dez. 2010.

HEGEMONIC PRACTICES IN POPULAR PRE-UNIVERSITY PREPARATORY COURSES AND INSTITUTIONALIZED OBJECTIVES: APPROACHES AND WITHDRAWALS FOR THE CASE OF UNESP

ABSTRACT

The research described in this article sought to outline how the hegemonic practices adopted in Unesp's pre-university preparatory courses dialogue with the institutionalized objectives for them: promoting adequate preparation for students in the public school system for the entrance into higher education and, also, acting in the citizen and integral formation. For this goal, a research of the "survey" type was conducted seeking to gather information about the target audience to which the courses are intended, how the students are chosen, what types of practices are adopted by these courses, their main characteristics and purposes. The information was collected based on interviews conducted with student coordinators from 23 of the courses. The coordinators' responses were categorized based on the principles of descriptive statistics and content analysis. It was possible to identify that the courses aim to contemplate students from the public elementary school network and develop practices of two main types: preparatory practices for the entrance exam, usually through the appropriation and adaptation of established practices in prestigious courses, and practices aimed at making the student an active and critical member of society. However, in general, it is observed that these practices happen spontaneously, based on conceptions and empirical knowledge of its members. A greater dialogue with the knowledge developed in the area of teaching and education, as well as a planning guided by well-defined objectives could make them less spontaneous and promote the goals established for these courses in a more appropriate way and with major guarantees.

Keywords: University Extension. Affirmative Action Programs. Universities and Colleges – Entrance Exam.

PRÁTICAS HEGEMÔNICAS EN CURSOS PREPARATÓRIO PREUNIVERSITARIOS POPULARES Y OBJETIVOS INSTITUCIONALIZADOS: ENFOQUES Y RETIRADAS PARA EL CASO DE UNESP

RESUMEN

La investigación descrita en este artículo buscó esbozar cómo las prácticas hegemónicas adoptadas en los cursos preparatorios preuniversitarios de Unesp dialogan con los objetivos institucionalizados para ellos: promover la preparación adecuada de estudiantes del sistema público de escuelas para ingresar a la educación superior y, también, actuar en la formación ciudadana e integral. Para esto, se realizó una investigación del tipo survey con el objetivo de recoger informaciones sobre el público-objetivo al que están destinados los cursos, cómo se eligen los estudiantes, qué tipos de prácticas adoptan estos cursos, sus principales características y propósitos. Las informaciones fueran obtenidas a partir de entrevistas con coordinadores de estudiantes de 23 de los cursos. Las respuestas de los coordinadores se clasificaron según los principios de la estadística descriptiva y del análisis de contenido. Fue posible identificar que los cursos tienen como objetivo contemplar a los estudiantes de la red pública de escuelas primarias y desarrollar prácticas de dos tipos principales: prácticas preparatorias para el examen de ingreso, generalmente a través de la apropiación y adaptación de prácticas establecidas en cursos prestigiosos, y prácticas destinadas a hacer del estudiante un miembro activo y crítico de la sociedad. Sin embargo, en general, se observa que estas prácticas ocurren espontáneamente, según las concepciones y el conocimiento empírico de sus miembros. Un mejor diálogo con el conocimiento desarrollado en el área de enseñanza y educación, así como una planificación guiada por objetivos bien definidos podría hacerlos menos espontáneos y promover las metas establecidas para estos cursos de una manera más adecuada y con mayores garantías.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Programas de acción afirmativa. Universidades y colegios – examen de ingreso.

Submetido em: julho de 2020.

Aprovado em: setembro de 2020.

Publicado em: janeiro de 2021.